



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – DITEC
GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TI – GEINF

PARECER TÉCNICO Nº 02

Ao Sr. Pregoeiro,

Em atenção à solicitação do Pregoeiro, referente à análise e emissão de parecer em razão do recurso interposto pela empresa IPSEG SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, contra a decisão de sua desclassificação referente ao Pregão Eletrônico nº 90017/2024, as seguintes considerações são apresentadas, fundamentadas nos termos do edital e na legislação pertinente:

1. Descumprimento dos Itens do Edital

Conforme parecer técnico anteriormente emitido, restou demonstrado que a empresa IPSEG SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA não atendeu aos requisitos estabelecidos nos itens do edital, em especial os seguintes dispositivos:

*“8.2.11.1. A Proponente deverá apresentar manuais, documentos ou datasheets oficiais do fabricante em língua portuguesa ou inglesa com a especificação dos materiais a serem fornecidos, indicando marca e modelo. **Para cada item desta especificação deverá ser referenciado a página e o trecho do texto que comprova o seu atendimento (planilha ponto a ponto);***

8.2.11.2. Não serão aceitas propostas cuja descrição do objeto ofertado contenha simplesmente a expressão genérica 'CONFORME EDITAL', 'DE ACORDO COM O EDITAL' ou expressões genéricas similares que não especifiquem com exatidão o objeto ofertado, suas características e aderência ao edital.”

No parecer anterior, foi constatado que os seguintes itens, constantes do Anexo I – Especificações Técnicas do edital, não possuíam referência às páginas e aos trechos dos documentos enviados que comprovassem o atendimento aos requisitos exigidos:

- Itens 2.11, 2.12, 2.13 e 2.14 do “2. Patch Panel Descarregado 24 Portas Categoria 6A”;
- Item 7.7 do “7. DIO (Distribuidor Interno Óptico)”;
- Item 8.7 do “8. Painel Adaptador de Acopladores Ópticos para DIO”;
- Todos os itens do “10. Eletrocalhas, Eletrodutos e Canaletas”.

Sem a devida indicação do trecho e página na planilha ponto a ponto, e sem a possibilidade de confirmação das informações nos documentos apresentados, não é possível atestar que os itens atendam às exigências do edital. Em razão disso, não há comprovação de conformidade em cumprimento das especificações solicitadas.

Apenas no recurso interposto pela empresa, que a mesma informou nos documentos a comprovação dos itens 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 7.7 e 8.7, omissos na planilha ponto a ponto, porém **permanecendo ainda as omissões de todos os itens do “10. Eletrocalhas, Eletrodutos e Canaletas”**. A permanência da ausência dessas evidências, que são essenciais para a validação do atendimento às especificações, reforça a impossibilidade de se considerar o recurso como procedente, uma vez que a empresa não conseguiu sanar as omissões apontadas inicialmente.

2. Inconformidades nos Materiais Apresentados

Item do edital: “10. Eletrocalhas, Eletrodutos e Canaletas”

A empresa apresentou o catálogo “CATÁLOGO ELECON INFRAESTRUTURA SECA” no diretório “PROPOSTA E CATALOGOS IPSEG PE 17_2024 TJPB PARTE 01\CATÁLOGOS PARTE 01\INFRAESTRUTURA”, porém a equipe técnica identificou as seguintes inconformidades durante a análise:

- Item 10.1.2: As eletrocalhas devem ser metálicas, fabricadas em chapas de aço SAE 1008/1010, conforme as NBR 11888-2 e NBR 7013. O catálogo não apresenta informações sobre o cumprimento dessas normas;
- Item 10.1.7: O catálogo apresenta dimensões diferentes das exigidas para as canaletas (55x20mm e 120x35mm) e não informa o comprimento, o que impede a verificação da conformidade com as especificações do edital;
- Item 10.1.9: O catálogo não apresenta o “fixa cabos”, o que impossibilita a verificação do atendimento ao requisito;
- Item 10.1.10: O catálogo apresenta as cores cinza, creme, azul HT, azul petróleo para as canaletas, não abrangendo a cor branca, especificada no edital;
- Item 10.2: O catálogo não informa o atendimento às normas ABNT NBR-IEC 61084:2006, ABNT NBR 14565:2013, ABNT NBR 16415:2015, ANSI/TIA-569-C e ANSI/TIA-568-C exigidas no edital para os sistemas de canaletas;
- Item 10.3: O catálogo não fornece informações sobre a sustentabilidade ambiental em relação às embalagens, nem sobre a concentração de substâncias perigosas acima da recomendada na diretiva RoHS;
- Item 10.5: O catálogo não informa que o sistema de canaletas tem a possibilidade do uso de tomadas conforme exigido no edital, nem em relação aos conectores keystones RJ45.

Portanto, apesar da omissão da empresa na referência das especificações na planilha ponto a ponto, inclusive na fase de recurso, a equipe técnica, por própria iniciativa, buscou essas informações nos materiais enviados, mas não encontrou evidências que comprovassem o atendimento aos requisitos exigidos para os itens mencionados.

3. Proposta Aceita e Alegação de Produto Descontinuado

Em relação à alegação de descontinuação do produto "Painel Agile 1U" (part number 760193938) no recurso, foi de fato constatado que o produto foi descontinuado em 30/11/2023, conforme salientou a empresa Ipseg. No entanto, a empresa RC, em sua contrarrazão, somente tomou conhecimento dessa descontinuação após a publicação de um novo *datasheet*, em 10/01/2025, o que ocorreu após a realização do certame. É importante frisar que, até a data do pregão, em 04/12/2024, o produto ainda estava disponível para comercialização no mercado latino-americano, conforme atestado pelo representante oficial da COMMSCOPE, Sr. Carlos Mello.

Em carta, o representante da COMMSCOPE declarou que o produto foi regularmente comercializado até 30/12/2024 no mercado latino-americano e que, em atendimento às exigências do pregão, seria fornecido um novo produto com características similares ou superiores, sem qualquer prejuízo técnico ou financeiro para o Tribunal de Justiça da Paraíba.

Considerando que o produto ofertado ainda estava disponível até a data do certame e que a substituição por um novo item com características equivalentes ou superiores foi garantida pela empresa, não há razão para considerar que houve prejuízo técnico ou financeiro ao órgão contratante. Além disso, a alegação de descontinuação foi esclarecida pela empresa com base em documentos que comprovam que o produto estava disponível até a data da licitação, e que a descontinuação só foi efetivada após o pregão.

Diante disso, conclui-se que o item em questão está em conformidade com as exigências do edital.

4. Proposta Aceita e Alegação de Prejuízo ao Tribunal

A empresa Ipseg, em seu recurso contra a desclassificação no processo licitatório do TJPB, argumentou que houve formalismo excessivo por parte da Coordenação de Redes. Contudo, a análise dos fatos demonstra que a decisão foi baseada em critérios objetivos: **a ausência de comprovação técnica quanto à conformidade de itens essenciais: eletrocalhas e canaletas**, exigidos pelo edital. Essa falha compromete tanto a validade da proposta quanto a confiança na qualidade destes materiais ofertados.

Durante a fase de julgamento, a Ipseg apresentou um catálogo desses materiais, mas não indicou na planilha ponto a ponto quais itens atenderiam a cada uma das especificações, como exigido pelo item 8.2.11.1 do edital. Ainda assim, na análise realizada pela equipe técnica do TJPB, constatou-se que diversos itens permaneciam sem

conformidade comprovada, situação devidamente apontada no parecer de desclassificação. Em sede de recurso, a empresa não conseguiu sanar essas inconsistências, notadamente os itens 10.1.2, 10.1.3, 10.1.6, 10.1.7, 10.1.9, 10.1.10, 10.2, 10.3, 10.4 e 10.5, todos relacionados a canaletas e eletrocalhas.

A Ipseg ainda argumentou que sua proposta era semelhante à da empresa RC, ressaltando que 9 dos 10 itens da planilha de materiais possuíam a mesma marca e modelo. Entretanto, a diferença diz respeito justamente às eletrocalhas e canaletas (item 10. Eletrocalhas, Eletrodutos e Canaletas), componentes essenciais para o projeto de cabeamento estruturado. Esses materiais são fundamentais para garantir a organização, proteção e durabilidade das instalações, além de representarem um custo significativo dentro do projeto. Sua qualidade e conformidade com o edital são fundamentais, pois impactam diretamente na eficiência, segurança e longevidade do sistema, não sendo, portanto, uma diferença irrisória.

O menor custo apresentado pela Ipseg pode ser explicado pela ausência de comprovação técnica sobre a qualidade dos materiais que atendam o edital, sugerindo a possibilidade de utilização de itens de qualidade inferior. Embora a proposta pareça inicialmente vantajosa, essa economia pode resultar em problemas de durabilidade e maiores custos de manutenção, prejudicando a eficiência do projeto a longo prazo. O princípio da vantajosidade nos processos licitatórios exige mais do que o menor preço; demanda materiais e serviços que atendam plenamente às exigências técnicas definidas no Termo de Referência do edital.

Mesmo no recurso, a Ipseg não apresentou elementos que corrigissem as irregularidades apontadas pela Coordenação de Redes. A ausência de documentação ou justificativas adicionais que comprovassem a conformidade dos itens evidenciou que a proposta permaneceu tecnicamente insuficiente. Esse fato valida a decisão de desclassificação, fundamentada na proteção do interesse público e no cumprimento das normas licitatórias.

A análise técnica da Coordenação de Redes foi criteriosa e indispensável para mitigar riscos associados à contratação de serviços com instalação de materiais inadequados. A decisão de desclassificar a proposta foi legítima e necessária para proteger o interesse público e assegurar que os recursos do Tribunal sejam aplicados em soluções que atendam plenamente aos padrões de qualidade, segurança e eficiência, previstos no edital.

5. Justificativa para a Dispensa de Diligência na Fase de Julgamento da Proposta

A diligência no processo licitatório foi dispensada, uma vez que, conforme o parecer técnico elaborado na fase de julgamento, alguns itens já evidenciavam de forma clara o não atendimento aos requisitos estabelecidos no edital. Embora houvesse outros pontos suscetíveis de dúvida, estes não foram questionados, pois já existiam elementos suficientes que demonstravam o descumprimento de exigências essenciais. Nesse contexto, realizar diligência para esclarecer tais pontos não se mostraria pertinente, dado que havia itens claramente em desacordo com o edital. Assim, a decisão de desclassificação foi tomada de

forma objetiva, com fundamento nos elementos já constantes dos autos, sem necessidade de esclarecimentos complementares.

6. Conclusão

Em face da análise das alegações apresentadas pela empresa IPSEG SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, das contrarrazões da empresa RC TECHNOLOGY AND INTEGRATION LTDA, e do já exposto no presente parecer, ratifica-se o parecer técnico que recomenda a desclassificação da empresa reclamante, bem como a rejeição do recurso interposto pela referida empresa, por manifesta improcedência.

Dessa forma, opina-se ao Pregoeiro o **desprovemento do recurso administrativo apresentado pela IPSEG SERVIÇOS DE ENGENHARIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA**, com a conseqüente manutenção da decisão de desclassificação anteriormente proferida.

Atenciosamente,

Daniel Ayres de Melo

Gerência de Infraestrutura de TI

Jose Oliveira de Almeida Filho

Coordenação de Redes de Computadores